

ASSENTAMENTO ESTRELA: CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS À LUZ DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.

PITALUGA, CHRISTIANE MARQUES¹
FIGUEIREDO NETO, LEONARDO FRANCISCO²
FERRAZ DA SILVA, DEVANILDO BRAZ³
QUEIRÓZ, DOUGLAS JUNIOR FERREIRA DE⁴
SIQUEIRA, EVELYN TORRES⁵
NOGUEIRA, FERNANDO LOPES⁶
BRAGA, FILIPE CARDOSO⁷
OLIVEIRA SILVA, JOAN LUCAS⁸
NASCIMENTO, TCHOYA GARDENAL FINA DO⁹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Escola de Administração e Negócios - ESAN; Faculdade de Direito - FADIR; Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia -FAENG; Faculdade de Medicina -FAMED

Campo Grande, Mato Grosso do Sul

christiane.pitaluga@ufms.br¹; leonardo.neto@ufms.br²; devanildo.silva@ufms.br³; douglas.queiroz@ufms.br⁴;
evelyn.siqueira@ufms.br⁵; FERNANDOLOPESNOGUEIRA@HOTMAIL.COM⁶; filipe.braga@ufms.br⁷;
Joan.l@ufms.br⁸; tchoya.fina@ufms.br⁹

RESUMO– Este artigo analisa o perfil socioeconômico dos assentados do Projeto de Assentamento Estrela, localizado no município de Jaraguari, MS, Brasil. A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as características socioeconômicas a partir da titulação das terras e também destacar a realidade das famílias beneficiadas, considerando aspectos como situação fundiária, fontes de renda, entre outros. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e quantitativa. A coleta de dados contou com a aplicação de um questionário fechado aos responsáveis por 50 unidades familiares tituladas, as análises e interpretações tiveram o suporte da técnica de estatística descritiva. Os resultados revelaram que, embora a titulação tenha promovido avanços quanto à segurança jurídica e autonomia dos beneficiários, persistem ainda desafios econômicos, sociais e estruturais. Outro ponto consiste em destacar que as limitações do Assentamento não são isoladas, mas refletem uma fragilidade sistêmica da política de reforma agrária brasileira. A pesquisa permitiu inferir que a titulação da terra, embora necessária, deve ser acompanhada de políticas públicas de Estado, ou seja, contínuas e integrativas visando à garantia do desenvolvimento econômico, social, local e rural sustentável nos Assentamentos de MS, Brasil.

ABSTRACT– This article analyzes the socioeconomic profile of the settlers of the Estrela Settlement Project, located in the municipality of Jaraguari, MS, Brazil. The research aimed to identify and analyze the socioeconomic characteristics based on land titling and also to highlight the reality of the beneficiary families, considering aspects such as land tenure situation, sources of income, among others. This is a descriptive, exploratory and quantitative research. Data collection involved the application of a closed questionnaire to the heads of 50 titled family units, and the analyses and interpretations were supported by the descriptive statistics technique. The results revealed that, although titling has promoted advances in terms of legal security and autonomy of the beneficiaries, economic, social and structural challenges still persist. Another point is to highlight that the limitations of the Settlement are not isolated, but reflect a systemic weakness of the Brazilian agrarian reform policy. The research allowed us to infer that land titling, although necessary, must be accompanied by public State policies, that is, continuous and integrative policies aimed at guaranteeing sustainable economic, social, local and rural development in the MS Settlements of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil tem sido uma política pública central para a promoção da justiça social, redução das desigualdades e garantia de acesso a terra para trabalhadores rurais. Com o objetivo de redistribuir terras improdutivas para pequenos agricultores, essa política busca transformar a realidade do campo, proporcionando a esses trabalhadores

a possibilidade de uma vida digna e autônoma (Fernandes, 2009; INCRA, 2020). No entanto, a implementação dessa política enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à titulação das terras e à sustentabilidade das unidades familiares assentadas. A titulação é um dos passos mais importantes nesse processo, pois confere ao assentado a segurança jurídica sobre sua propriedade, sendo fundamental para a continuidade de suas atividades produtivas e sua estabilidade social e econômica (Schneider, 2000; BRASIL, 2020).

Embora a reforma agrária tenha permitido o acesso de muitas famílias a terra, a consolidação desse processo e a efetiva melhoria das condições de vida e trabalho no campo ainda são questões complexas. A titulação, por si só, não garante a prosperidade das famílias assentadas. Para que esse processo seja bem-sucedido, é necessário que a regularização fundiária seja acompanhada de políticas públicas contínuas e intersetoriais, que incluam assistência técnica, acesso a crédito, melhorias em infraestrutura e apoio à comercialização da produção (Fernandes, 2009; Silva *et al.*, 2023). Sem esses elementos, os assentados frequentemente enfrentam dificuldades em aproveitar o pleno potencial de suas terras, resultando em baixa produtividade, insegurança alimentar e, em muitos casos, migração para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida.

O Assentamento Estrela, localizado no município de Jaraguari, no estado de Mato Grosso do Sul, representa um exemplo concreto dessa realidade. Criado com a finalidade de proporcionar condições dignas de vida e trabalho para famílias sem-terra, o assentamento passou por um processo de titulação que visa garantir a propriedade das terras aos assentados. No entanto, como ocorre em muitos assentamentos rurais no país, os desafios persistem: falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos financeiros, apoio técnico limitado e dificuldades no acesso a políticas públicas comprometem a consolidação da reforma agrária na localidade (Oliveira *et al.*, 2022). O objetivo da pesquisa consiste em identificar e analisar as características perfil socioeconômico a partir da titulação das terras e também destacar a realidade das famílias beneficiadas, considerando aspectos como situação fundiária, fontes de renda, desafios enfrentados, entre outros.

Dessa forma, a análise da situação fundiária e ocupacional no Assentamento Estrela revela-se essencial para compreender os efeitos da política de titulação e os desafios enfrentados pelas famílias assentadas. Destaca-se que a pesquisa é fruto de um Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre uma Instituição de Ensino Superior (IES) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo como objeto o “Estabelecimento de cooperação técnica por meio de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e realização de serviços visando desenvolver processos inovadores de supervisão ocupacional, georreferenciamento e certificação no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) dos lotes e perímetros e ações necessárias a titulação em Projetos de Assentamentos Federal do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul”.

Logo, a parceria prevê, entre outras ações, avaliar as condições socioeconômicas das famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos selecionados, bem como analisar questões relativas à infraestrutura e aos serviços públicos fornecidos, identificar possíveis impasses legais e institucionais que dificultem o desenvolvimento dos assentamentos rurais, além de caracterizar a base econômica e tecnológica empregada nos assentamentos e avaliar os impactos da regularização fundiária nesses Assentamentos. Neste sentido, o desenvolvimento da pesquisa proporcionará não apenas o cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Cooperação, mas também elaborar um diagnóstico da situação dos Assentamentos de Reforma Agrária no estado de Mato Grosso do Sul.

A análise dos dados permitirá uma compreensão mais ampla dos impactos da regularização fundiária na organização socioeconômica dos assentados, bem como das estratégias desenvolvidas pelas famílias para garantir sua permanência no campo. Ao mesmo tempo, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade dos assentamentos rurais, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização do trabalho no campo e a efetivação do papel social da terra. Para tanto, este artigo conta com, além desta introdução, com as seções de metodologia, onde são descritas as técnicas empregadas para coleta e análise dos dados, seguida da apresentação e análise dos principais resultados da pesquisa e encerrando com as considerações finais, seção esta que destaca os principais achados da investigação, bem como traz as contribuições e sugestões para trabalhos futuros.

2 METODOLOGIA

Considerando investigação realizada, os caminhos metodológicos adotados deram suporte para identificar, descrever e analisar o perfil e as características socioeconômicas do Projeto de Assentamento Estrela. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva e abordagem quantitativa, cujo objetivo consistiu em apresentar o perfil socioeconômico e produtivo das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Estrela de Jaraguari, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2024, com base em um questionário estruturado, aplicado aos representantes das 50 unidades familiares tituladas, residentes no assentamento. A amostragem consistiu no emprego da técnica não probabilística por conveniência, sendo considerados os lotes com presença ativa de moradores e disponibilidade para participar da pesquisa.

Cabe esclarecer que o questionário utilizado foi elaborado a partir de modelos utilizados por pesquisas anteriores em assentamentos rurais (Silva *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2022), contendo blocos temáticos que abordaram: Perfil

socioeconômico, titulação e situação fundiária; Ocupação e fontes de renda. Cabe destacar que além da aplicação dos questionários foi possível realizar entrevistas não estruturadas junto aos assentados visando captar percepções sobre segurança jurídica, valorização da produção, sustentabilidade e organização coletiva. Associado a esta técnica outro procedimento empregado para a coleta de dados, consistiu na técnica de observação direta intensiva, que se caracteriza por meio do contato visual, do olhar atento do/a pesquisador/a que a todo tempo reconhece detalhes presentes nas falas dos atores, no ambiente que circunda, isto é, naquilo que é sentido e percebido (Henrique e Medeiros, 2008).

Os dados coletados foram posteriormente organizados em planilhas eletrônicas e tratados por meio de estatística descritiva, com uso de frequências absolutas e relativas, bem como representação gráfica para facilitar a visualização dos principais resultados.

A opção por uma abordagem quantitativa buscou garantir maior objetividade e comparabilidade dos dados, fornecendo uma base empírica sólida para orientar políticas públicas adaptadas à realidade local e contribuir para o debate sobre os efeitos da titulação no contexto da reforma agrária brasileira. A seguir são apresentados, em conformidade aos objetivos da investigação, os principais achados da pesquisa no referido projeto de Assentamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os principais resultados da incursão à campo ao Projeto de Assentamento Estrela. Os dados serão dispostos em subseções, para melhor compreensão e organização e ainda na forma de figuras, como gráficos, acompanhados de suas análises e interpretações à luz da regularização fundiária no estado de MS.

3.1 Titulação, situação ocupacional e perfil socioeconômico

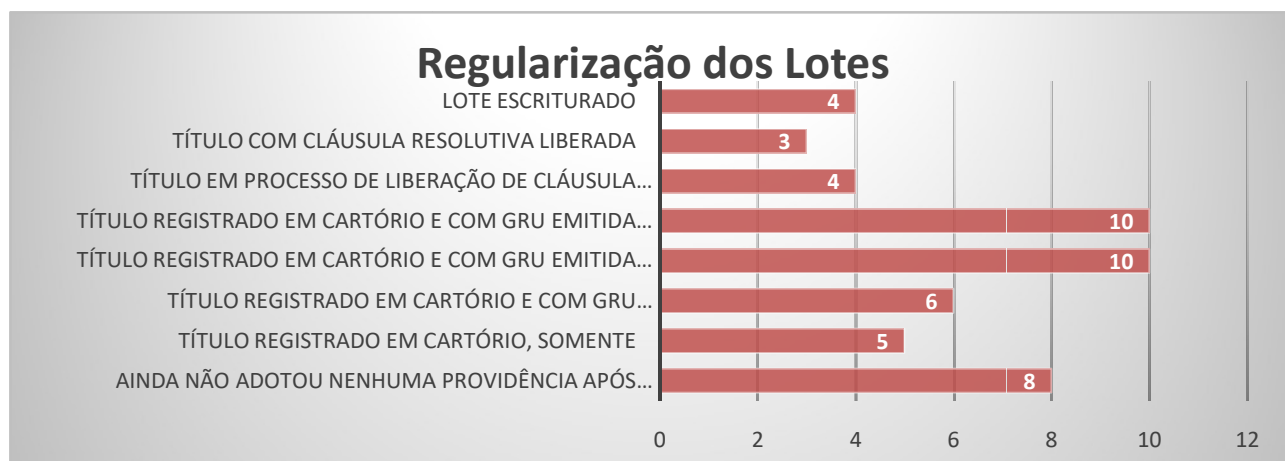
A pesquisa revelou que a titulação das terras no Assentamento Estrela representa um passo fundamental para a segurança jurídica e a autonomia dos agricultores familiares assentados. No entanto, a regularização completa do processo de titulação ainda apresenta desafios em termos de quitação das dívidas e resolução de pendências administrativas. Do total de assentados entrevistados, 8 agricultores ainda não adotaram nenhuma providência após o recebimento do título definitivo (TD) por parte do INCRA. Como não foram revelados os motivos para tal posicionamento, entende-se que esta situação pode decorrer da ausência e/ou restrição de recursos financeiros, desinformação ou mesmo dificuldades no acesso a serviços que possam auxiliar na finalização do processo de titulação.

Por outro lado, 10 agricultores informaram já disporem do título registrado em cartório e com a Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida e paga integralmente, demonstrando que, para essas famílias, o processo de titulação foi completamente regularizado, proporcionando-lhes maior segurança jurídica e tranquilidade em relação à posse da terra. No entanto, outro grupo de 10 assentados revelou que ainda se encontra com o título registrado em cartório e com a GRU emitida, e em fase de pagamento parcelado, o que sugere algum nível de restrição financeira no que tange à quitação do valor total do título, refletindo uma realidade que limita o acesso às demais políticas públicas agrárias, rurais, e de abastecimento alimentar e como consequência impactando em sua plena autonomia.

Adicionalmente, outro grupo de 5 agricultores encontram-se em situação mais delicada, dado que possuem o título somente registrado em cartório, sem a quitação da GRU, o que deixa sua situação fundiária em um estágio intermediário, ou seja, sem a confirmação definitiva da posse. Outros 4 assentados informaram que ainda estão com o título em processo de liberação de cláusula resolutiva, indicando que, apesar de estarem em uma situação próxima a da regularização, ainda enfrentam alguns obstáculos de ordem administrativa. Por fim, a pesquisa revelou que somente um grupo de 4 agricultores têm o lote escriturado, o que confirma a titularidade definitiva das terras, o que indica um avanço significativo para esses assentados e a possibilidade de maior autonomia, acesso às diversas políticas públicas e a manifestação de um sentimento de maior segurança jurídica frente ao processo de legalização das terras. Tais informações podem ser visualizadas na figura 1, a seguir.

Esses dados refletem que, embora a titulação tenha avançado em grande parte do assentamento, ainda há um número considerável de famílias que enfrentam pendências sejam de ordem financeira ou administrativa, dificultando a plena autonomia sobre a ocupação e uso da terra. Segundo o relato deles, durante as entrevistas, perdura um sentimento de insegurança, ou seja, para eles enquanto o processo de regularização não for concluído sempre há o temor que de possam ser retirados da área e isso impacta diretamente no planejamento da produção. Eles temem iniciar uma cultura ou uma criação de animais, investirem seus recursos limitados e posteriormente perderem, realizarem um prejuízo e com isso os leva a um ciclo de baixo uso da terra, seguidos de baixa produtividade e comercialização, menor autonomia e maior dependência de fontes de renda não agrícolas.

Figura 1 – Regularização dos Lotes



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

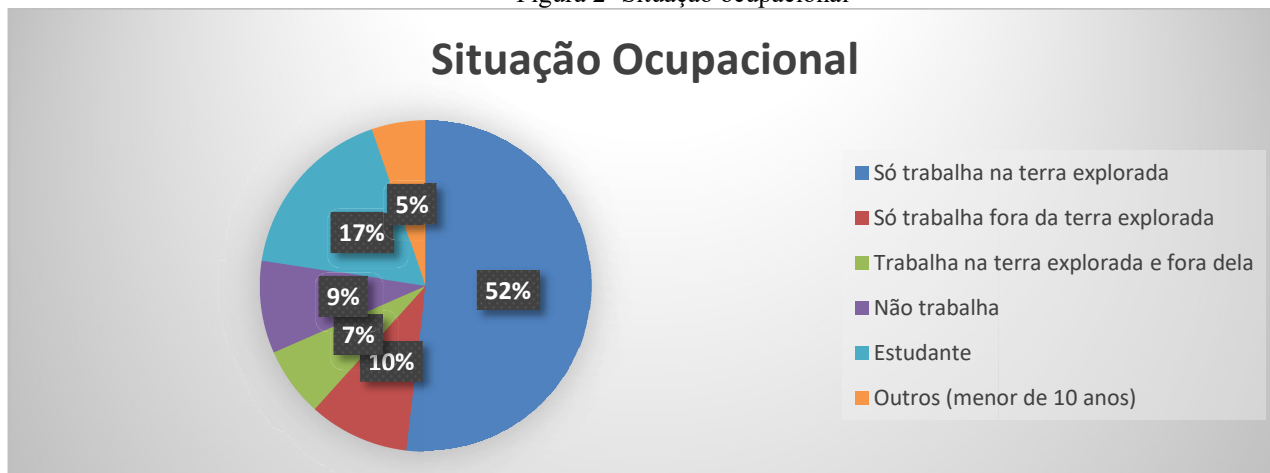
A análise da situação ocupacional no Assentamento Estrela revela que a maioria dos agricultores assentados está fortemente ligada ao trabalho rural, refletindo a dependência da agricultura familiar como principal fonte de renda. Neste sentido, 69 pessoas (52% da amostra) trabalham exclusivamente na terra explorada, o que reafirma a importância da agricultura familiar como base da economia local. Essa atividade não apenas garante a subsistência das famílias, mas também é fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional, valorização da identidade e da cultura local, assim como a manutenção da permanência no assentamento.

Entretanto, uma parcela significativa de agricultores busca complementar sua renda ou diversificar suas atividades. 13 pessoas (10% dos assentados) trabalham exclusivamente fora da terra, o que pode ser uma estratégia para garantir sua sobrevivência e melhor organizar sua situação financeira, especialmente em um contexto em que a produção agrícola muitas vezes não é suficiente para sustentar a família de maneira estável. Além disso, 9 pessoas (7%) combinam atividades na terra e fora dela, configurando um modelo de pluriatividade, que é comum em assentamentos rurais no Brasil, onde a diversificação das fontes de renda se torna uma estratégia essencial para melhorar a qualidade de vida e garantir a sustentabilidade econômica.

Outro dado relevante é que 12 pessoas (9%) não trabalham, o que pode incluir aposentados, pessoas com limitações de saúde ou outras situações que as impedem de se dedicar ao trabalho rural. Além disso, 23 pessoas (17%) são estudantes, o que indica que uma parte significativa da população jovem está sendo direcionada para a educação, fator interpretado como positivo para a futura sucessão familiar no assentamento rural, no sentido de que pessoas mais qualificadas poderão obter melhores rendimentos, uma vez que estarão mais preparadas para gerir sua propriedade. Por fim, 7 pessoas (5%) são menores de 10 anos, provavelmente em fase escolar, e ainda não desempenham funções no campo, conforme figura 2 a seguir.

Esses dados destacam que, apesar de uma forte dependência da terra, há uma crescente busca por fontes de renda alternativas, o que também reflete a necessidade de políticas públicas que incentivem a diversificação das atividades econômicas no campo, além de garantir a continuidade da agricultura familiar através da sucessão familiar rural.

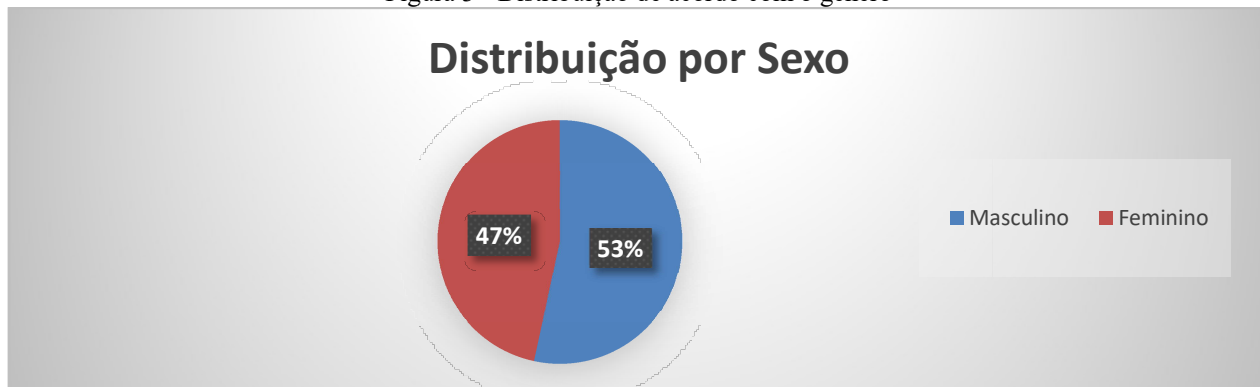
Figura 2- Situação ocupacional



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No que se refere à distribuição por gênero no Assentamento Estrela, este dado revela uma leve predominância de homens, sendo que do total dos 50 representantes das famílias entrevistadas, estes declararam a seguinte informação: 71 pessoas do gênero masculino e 62 do gênero feminino, conforme destacado logo abaixo na figura 3. Esse equilíbrio entre os gêneros reflete a realidade de muitos assentamentos rurais, onde tanto homens quanto mulheres desempenham papéis essenciais nas atividades produtivas. No entanto, a distribuição ainda aponta para um predomínio masculino na atividade rural, o que é comum em muitas comunidades agrícolas, onde as atividades produtivas estão mais relacionadas ao trabalho físico no campo.

Figura 3 - Distribuição de acordo com o gênero

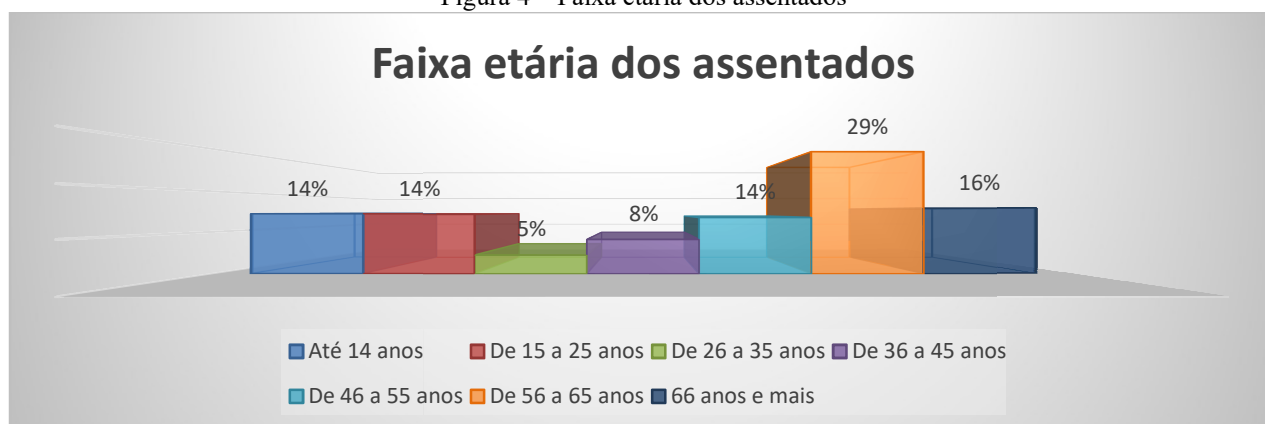


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise da faixa etária dos assentados no Assentamento Estrela revela uma variação significativa nas idades, com uma predominância de assentados na faixa etária de 56 a 65 anos, com 39 pessoas (29,32%). Esse dado indica que a população do Assentamento é, em sua maioria, formada por adultos mais velhos, refletindo um possível desafio relacionado à sucessão familiar rural, pois as gerações mais jovens podem estar menos envolvidas diretamente no trabalho agrícola. A faixa etária de 66 anos ou mais também apresenta um número expressivo de assentados, com 21 pessoas (15,79%), o que reforça o pressuposto de que muitos assentados podem estar em fase de aposentadoria ou com limitações físicas para o trabalho agrícola. Isso pode indicar a necessidade urgente de estratégias para incentivar a permanência dos jovens no campo, assim como a preocupação com a sucessão familiar rural. Por outro lado, as faixas etárias de até 14 anos (19 pessoas, 14,29%) e de 15 a 25 anos (19 pessoas, 14,29%) juntas somam 38 (trinta e oito) pessoas, o que demonstra um potencial de renovação no Assentamento, com a presença de jovens em idade escolar e início da vida adulta.

A faixa etária de 26 a 35 anos, com apenas 6 pessoas (4,51%), revela uma redução da participação de jovens adultos no trabalho rural, o que pode ser um reflexo de migração para áreas urbanas em busca de novas oportunidades. A faixa de 46 a 55 anos representa 18 (dezoito) pessoas (13,53%), um grupo que está em uma fase intermediária de vida adulta, com um papel importante na produção e liderança no assentamento, de acordo com a figura 4 abaixo.

Figura 4 – Faixa etária dos assentados



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Logo, a faixa etária do Assentamento Estrela aponta para uma população predominantemente adulta e idosa, o que levanta questões sobre a continuidade das atividades produtivas no futuro, especialmente devido à baixa presença de jovens adultos. O incentivo à permanência de jovens no campo, bem como o apoio técnico e financeiro são

fundamentais para a permanência no Assentamento. A escassez de jovens adultos nas faixas etárias mais altas pode refletir a falta de perspectivas no campo, o que também é um desafio para a renovação das práticas agrícolas. A baixa participação de jovens nas faixas de 26 a 35 anos e a crescente presença de assentados nas faixas etárias mais altas sugerem que a mobilidade urbana e a busca por trabalho nas cidades podem ser fatores que atraem a mão de obra jovem, deixando o campo com uma população mais envelhecida.

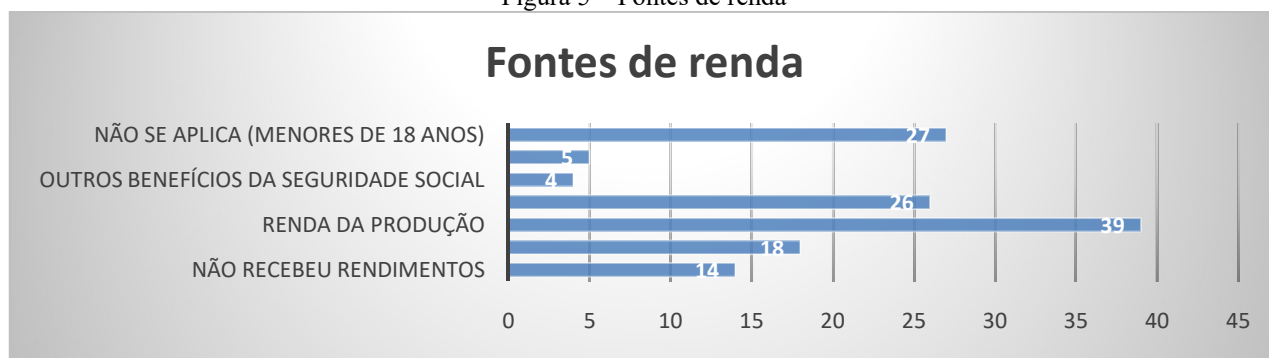
A presença de crianças e adolescentes, por outro lado, representa uma esperança de renovação, mas também exige que sejam implementadas políticas públicas que integrem educação, saúde, formação profissional, capacitação rural e assistência técnica para as novas gerações.

Contudo, cabe destacar, embora ainda não seja classificada como uma política pública, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em parceria estabelecida junto ao Ministério da Educação – MEC, com várias IES, num total de 17, criou uma ação inédita, o “Programa de Formação em Assistência Técnica e Rural para Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil e Contribuições para a Agenda 2030”.

Trata-se de um Programa de Extensão que capacita jovens, filhos dos agricultores assentados, que são chamados de “agentes locais de formação”, estes jovens recebem capacitações para serem repassadas e difundidas visando o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da formação em assistência técnica e extensão rural, para e com os (as) agricultores (as) familiares, identificando os desafios e estabelecendo soluções para sua sustentabilidade econômica, social e ambiental, em conformidade com as principais necessidades verificadas nos Assentamentos rurais da reforma Agrária. Inserido nesta proposta, o Assentamento Estrela foi um dos selecionados em MS e as primeiras ações já iniciaram.

Quanto às fontes de rendas das famílias assentadas no Assentamento Estrela, estas, de acordo com a pesquisa, se mostraram diversas, refletindo tanto a dependência da agricultura familiar quanto a busca por fontes complementares e alternativas de renda para complementar seus respectivos orçamentos familiares. A figura 5 abaixo apresenta as principais fontes de rendimento dos membros das famílias residentes no assentamento.

Figura 5 – Fontes de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A renda da produção mostra-se como a principal fonte de sustento para as famílias no Assentamento Estrela, com 39 agricultores familiares assentados (78% da amostra) dependendo das atividades de base agrícola e da pecuária. Isso reforça a centralidade da produção agrícola e a importância do trabalho rural como referência econômica do assentamento, evidenciando o caráter predominantemente agrícola da comunidade. Logo, a dependência da agricultura familiar como principal fonte de sustento continua predominante, mas tem sido complementada por estratégias de diversificação e pluriatividade, como forma de garantir a sobrevivência diante das limitações de renda e infraestrutura (Schneider, 2000).

No entanto, a aposentadoria/pensão é uma fonte de rendimento significativa para 26 assentados, o que representa uma parte considerável da população do assentamento. Esse dado sugere que, no momento da coleta dos dados, muitos assentados estão em uma faixa etária mais avançada e dependem do benefício da seguridade social para complementar sua renda. Isso pode ser interpretado como um fato que limita a capacidade e disposição ao trabalho agrícola, principalmente entre aqueles com idade mais avançada, o que pode impactar em uma vulnerabilidade econômica, visto que essas rendas não se mostram robustas em longo prazo sem a continuidade da atividade produtiva.

Outro dado importante é o trabalho assalariado, que representa uma fonte de rendimento para 18 pessoas (36% da amostra). Esse quantitativo indica que, embora a maioria dos assentados dependa da atividade da agricultura, uma parte significativa da amostra está buscando fontes externas de renda, possivelmente em empregos urbanos ou prestação de serviços na condição de autônomos. Cabe destacar que a diversificação de fontes de renda entre os assentados pode compreendida como uma estratégia para garantir a segurança e estabilidade financeira das famílias de agricultores, mas também, sob outro aspecto, pode representar uma fuga de mão de obra rural, o que, no entendimento dos autores, comprometeria a manutenção e perenidade das atividades agrícolas e de subsistência no longo prazo.

Somando-se a estes dados, também foi apontado que 5 pessoas (10%) recebem benefícios de Programas Sociais, como o Bolsa Família ou outras modalidades de auxílios, evidenciando um certo grau de dependência destes Programas Governamentais. Embora esses benefícios sejam fundamentais para garantir a sobrevivência e a permanência em seus lotes de algumas famílias, a dependência de Programas Sociais aponta para a necessidade de políticas públicas de Estado mais eficazes e efetivas, que não apenas incentivem a produção e a geração de renda no campo, mas que também promovam o fortalecimento e expansão das atividades econômicas no Assentamento Estrela.

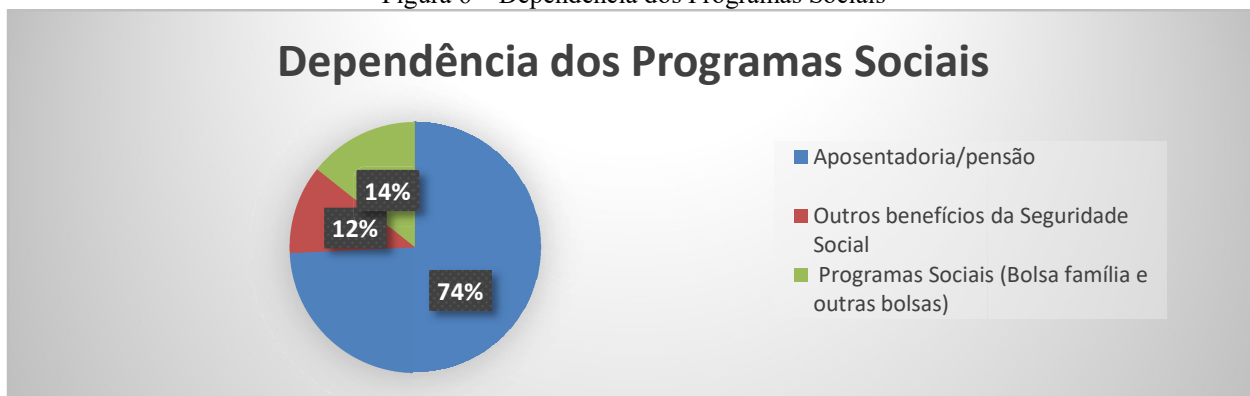
Por fim, a os dados ainda revelaram que 14 assentados não recebem rendimentos; 27 pessoas são menores de 18 anos, indicando que, embora uma parcela da população do assentamento esteja inserida no ciclo produtivo, há também um grupo considerável que depende de outras formas de apoio familiar ou assistência externa para sua sobrevivência, como crianças e adolescentes que, por enquanto, não contribuem diretamente para o rendimento da família. E desta forma, apontando para a necessidade de escola e postos de saúde com vistas a oferecer qualidade de vida e dignidade para estas famílias, elementos estes que são decisivos para a permanência em seus lotes.

A dependência da renda da produção como principal fonte de sustento é compreendida como um fator positivo, pois a agricultura familiar representa uma atividade que garante não apenas a segurança alimentar e nutricional, mas também reforça a soberania alimentar e contribui para promover o desenvolvimento da economia local. No entanto, faz-se necessário refletir sobre as demais fontes de rendas declaradas pelos entrevistados, ou seja, as rendas oriundas de aposentadorias/pensões e dos Programas Sociais, estas que indicam não apenas uma forte dependência do Governo, conforme observado na figura 6 a seguir, mas também revelam que o Assentamento Estrela enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, diversificação de matriz econômica e a própria sustentabilidade financeira a longo prazo.

A pluriatividade (proveniente do trabalho assalariado e de Programas Sociais) pode ser uma estratégia válida para complementar a renda, mas também aponta para uma possível vulnerabilidade, especialmente se as famílias não conseguirem expandir sua produção agrícola ou melhorar suas condições de trabalho no campo. A baixa participação de fontes externas de renda pode ser uma vantagem se o assentamento conseguir se tornar mais autossuficiente, mas também exige o fortalecimento e a robustez de políticas públicas para apoiar a capacitação profissional e acesso às políticas de crédito rural.

Portanto, é crucial que os assentados do Projeto de Assentamento Estrela busquem e estimulem ações que promovam a diversificação das atividades econômicas, como por exemplo, a capacitação a partir do beneficiamento de alimentos, o apoio logístico e social à comercialização, assim como eliminar as barreiras para o acesso ao crédito agrícola. Entende-se que com o estímulo e fortalecimento às atividades agrícolas, será possível reduzir e mitigar a dependência dos Programas Sociais e aposentadorias, garantindo a continuidade e a permanência no Assentamento especialmente colabora com a sucessão familiar.

Figura 6 – Dependência dos Programas Sociais

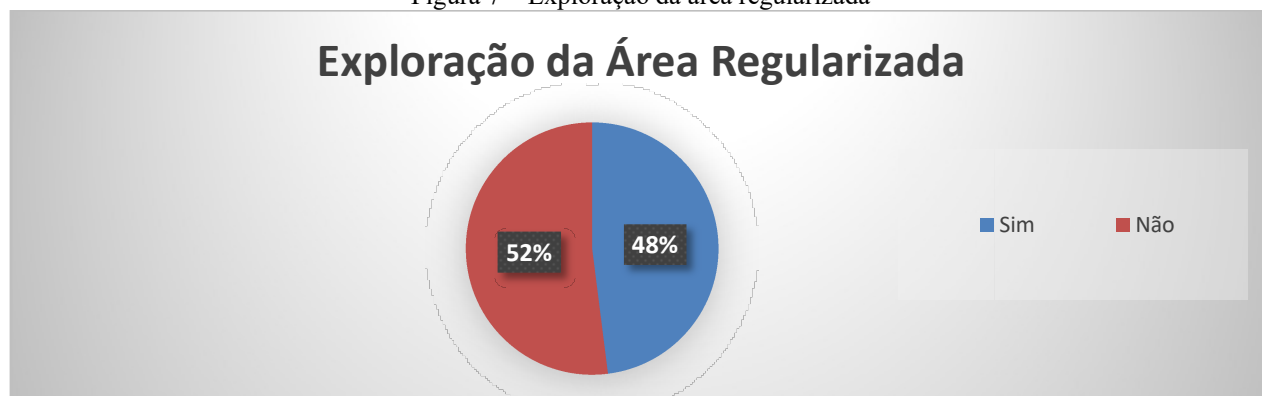


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Quando perguntados sobre a ampliação da produção, 19 pessoas (38%) relataram que ampliaram um pouco a quantidade produzida após a regularização dos seus lotes, enquanto 31 pessoas (62%) afirmaram que não ampliaram a produção. Isso sugere que, embora haja um esforço para aumentar a produção, a falta de recursos, de assistência técnica e extensão rural e infraestrutura adequadas podem ser classificados como fatores limitantes para a ampliação da produção e comercialização agrícola no Projeto de Assentamento Estrela.

Ainda no que se refere ao uso da terra, 48% dos entrevistados afirmaram que exploraram a área regularizada na safra de 2023/2024, enquanto 52% informaram não ter explorado a área, conforme demonstrado na figura 7 logo abaixo. A não exploração da terra pode estar relacionada a fatores como falta de recursos financeiros, dificuldades/entraves de infraestrutura e especialmente condições climáticas desfavoráveis, adversas, elementos estes que podem ter impactado a capacidade dos assentados de utilizar integralmente suas terras para a produção.

Figura 7 – Exploração da área regularizada



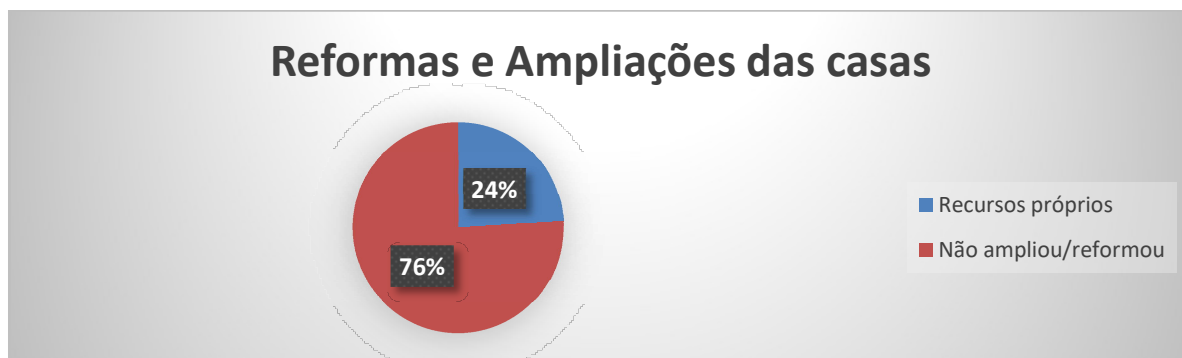
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Contudo, não obstante as limitações e desafios relatados, a produção agrícola no Assentamento Estrela é diversificada, com predominância de pastagens e avicultura. A diversidade de produtos cultivados e beneficiados é um indicativo positivo de uma busca por valorização da produção e autossuficiência, embora a falta de investimentos em algumas áreas e a não exploração de toda a área regularizada representem desafios à plena utilização do potencial produtivo da terra.

Neste sentido, entende-se que se faz necessário a construção de políticas públicas dirigidas aos Assentamentos rurais que privilegiem assistência técnica extensão rural constantes, acesso a crédito e infraestrutura logística visando a garantia e ampliação da produção e o fortalecimento das atividades produtivas, especialmente nas áreas de olericultura, horticultura, fruticultura e pecuária leiteira, estas que se mostraram atividades promissoras e com grande potencial de crescimento no Assentamento.

No que se refere à infraestrutura das moradias, o Assentamento Estrela apresenta um quadro misto de avanços e desafios. Apenas 12 pessoas (24%) reformaram ou ampliaram suas casas após a titulação, enquanto 38 pessoas (76%) não realizaram nenhuma melhoria na moradia, conforme figura 8 a seguir. Isso sugere que, apesar da titulação proporcionar maior segurança jurídica, as famílias ainda enfrentam dificuldades financeiras ou falta de recursos para investir em melhorias estruturais.

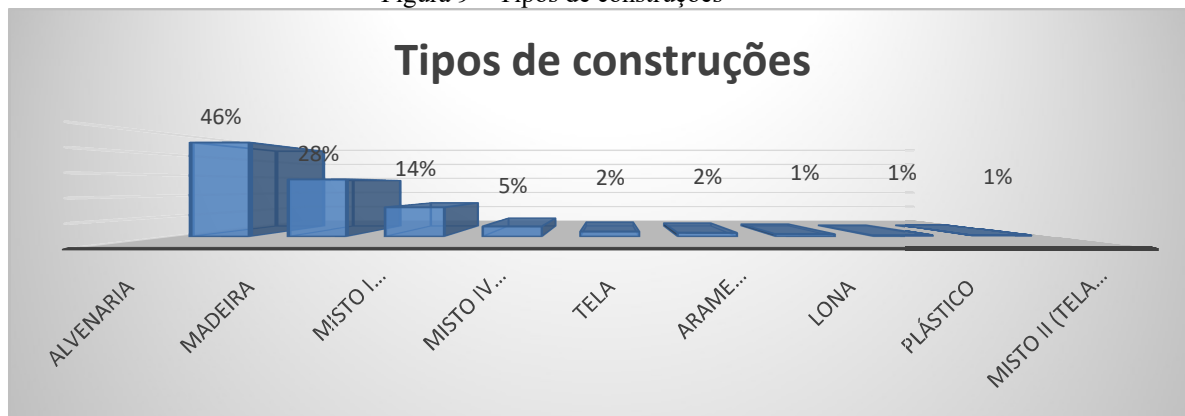
Figura 8 – Reformas e Ampliações das casas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Quanto ao tipo de construção, a maioria das moradias é de alvenaria(74%), seguida de madeira (45%) e de demais estruturas mistas (23%), de acordo com a figura 9 abaixo. Isso reflete uma diversidade nos tipos de construção, apesar da alvenaria prevalecer como material predominante, o que sugere um investimento maior em construções duráveis, quando comparada às outras. Por outro lado, o uso de madeira e materiais mistos também pode indicar a busca por soluções mais econômicas, o que reforça o entendimento da urgência de se deflagrar ações que promovam a qualidade de vida, o bem estar e o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares assentados.

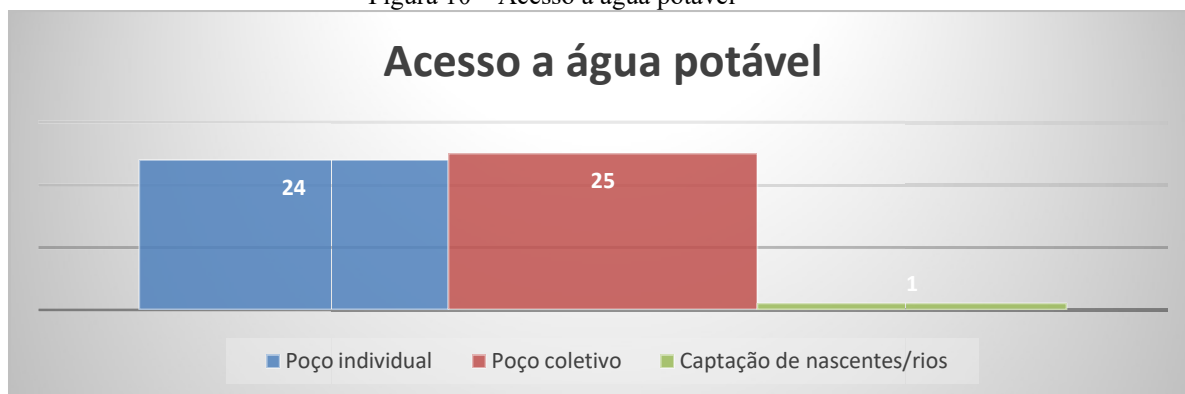
Figura 9 – Tipos de construções



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No que se refere ao acesso à água potável, 49 agricultores afirmaram que possuem canalização de água em pelo menos um cômodo da casa, enquanto somente 1 assentado informou não ter acesso à água encanada. A água provém majoritariamente de poços, sendo 24 assentados (48%) dependentes de poços individuais e 25 (50%) de poços coletivos, de acordo com a figura 10 abaixo. Apenas 1 assentado utiliza a captação de nascentes ou rios.

Figura 10 – Acesso a água potável



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Por fim, os achados da pesquisa reforçaram demais resultados e manifestações observados em outros estudos e na literatura científica sobre o perfil socioeconômico dos Projetos de Assentamentos no Brasil. Ou seja, as condições precárias, a insuficiências de ações governamentais e institucionais e a descontinuidade de ações após a titulação dos assentados refletem na baixa produtividade e diversificação, no comprometimento das práticas agrícolas e, sobretudo no desalento constatado do Projeto de Assentamento Estrela. Não obstante, a resiliência, a força e a motivação dos agricultores familiares são elementos que chamaram a atenção e que serviram de inspiração para a continuidade da investigação.

4 CONCLUSÃO

A análise do Assentamento Estrela, localizado no município de Jaraguari-MS, revela um cenário multifacetado no que tange aos impactos da titulação da terra na vida das famílias assentadas. Os resultados demonstram que a regularização fundiária trouxe ganhos importantes do ponto de vista jurídico e simbólico, especialmente no que se refere ao aumento da sensação de segurança e motivação para produzir. A posse legal da terra contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de busca por autonomia entre os beneficiários.

Contudo, os dados evidenciam que a titulação/regularização fundiária, por si só, não foi suficiente para transformar de forma estrutural a realidade socioeconômica dos assentados. Persistem gargalos expressivos como à baixa mecanização da produção, dificuldade de acesso ao crédito rural, escassez de assistência técnica e extensão rural e restrita articulação coletiva/social para comercialização. Constatou-se que a maior parte dos assentados segue atuando em pequena escala de produção, com base em práticas manuais ou semimecanizadas, o que limita a diversificação, a produtividade e a geração de renda.

No que diz respeito à infraestrutura, embora a maioria das famílias possua acesso a moradia com saneamento básico e eletricidade, apenas uma parcela minoritária conseguiu ampliar ou reformar sua casa após a titulação, e também tais melhorias foram realizadas com recursos próprios. A presença de equipamentos agrícolas e eletrodomésticos também é muito distinta entre os lotes, refletindo um cenário de desigualdade no acesso a bens de produção e de consumo.

As percepções subjetivas dos assentados reforçam tanto os avanços quanto as limitações do processo de titulação. Apesar do sentimento generalizado de segurança, ainda há pouca percepção de valorização da produção nos mercados locais, e a renda familiar permanece baixa, com muitos lares dependendo de aposentadorias, pensões e programas sociais. A adoção de práticas sustentáveis existe, mas carece de apoio técnico e organizacional para se consolidar como estratégia produtiva principal.

Demais estudos realizados por autores como Aquino e Schneider e Silva *et al.* dentre outros, em assentamentos de outros estados do Brasil evidenciam que os desafios, também enfrentados no Projeto de Assentamento Estrela do Jaraguari, são semelhantes e recorrentes nas mais diversas regiões do país, reforçando a necessidade de uma abordagem nacional e articulada para a consolidação e fortalecimento das atividades nos assentamentos rurais.

Dentro deste cenário, este estudo aponta que a titulação deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo, que necessita ser acompanhado por um conjunto de políticas públicas integrativas, voltadas especialmente à assistência técnica e extensão rural, acesso ao crédito, infraestrutura e logística, fortalecimento da agricultura familiar e inclusão produtiva. Entende-se que somente por meio da deflagração de um conjunto articulado de ações de âmbito nacional será possível assegurar que os assentamentos rurais, como o Estrela, se consolidem como espaços de que propiciem o desenvolvimento econômico, local, com práticas sustentáveis e que promovam o comércio justo, a segurança alimentar e a justiça social.

Agradecimentos

Agradecimento especial aos agricultores familiares assentados que disponibilizaram o seu tempo e experiência para compartilhar as informações para a presente pesquisa. Agradecimentos também ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura, respectivamente pelo financiamento e apoio por meio da celebração do Termo de Execução Descentralizada.

Referências

- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S./Organizadores. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Reforma agrária no Brasil: políticas, desafios e perspectivas*. Brasília: INCRA, 2020.
- FERNANDES, B. M. *A formação do campesinato no Brasil: lições para a reforma agrária*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de Direito: trabalho de conclusão de curso: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade e as novas ruralidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 27–55, 2000.
- SILVA, T. C. da; ANDRADE, L. S.; NASCIMENTO, M. J. C. do; COSTA, M. R. da. Caracterização dos assentamentos rurais do município de Mirandópolis-SP. *Revista Geografia Agrária*, v. 17, n. 34, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.ufpr.br/agraria/article/view/91234>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- OLIVEIRA, J. A.; MACEDO, D. S.; SANTOS, R. M. dos. Vista do perfil dos produtores rurais de dois assentamentos nos municípios de Brejo Alegre e Birigui, estado de São Paulo. *Revista de Desenvolvimento Rural*, v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.rdr.ufscar.br/index.php/rdr/article/view/763>. Acesso em: 10 jun. 2025.